

Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda

Caracterização

Conforme o Decreto 6.135 de 26/07/2007, o Cadastro Único é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público, possibilitando, assim, a otimização de recursos e potencializando esforços. É, portanto, a porta de entrada para a que as famílias mais vulneráveis tenham as suas necessidades conhecidas e atendidas pelas várias políticas implantadas pelos órgãos governamentais.

Os atuais programas usuários do Cadastro Único estão voltados para a redução das desigualdades (equidade) em situações específicas – âmbito rural, transferência de renda, redução de tarifas para população de baixa renda, preservação do meio-ambiente e incentivos para identidade não hegemônicas, entre várias outras iniciativas. Essas políticas são desenvolvidas e operacionalizadas pelos mais diversos órgãos e entidades das esferas Federal, estadual, municipal e DF. Para que as mesmas tenham o efeito esperado de mitigar os fatores geradores e reprodutores da pobreza nas suas múltiplas dimensões, é importante que os órgãos que instituem e operacionalizam os programas utilizem os dados do Cadastro de forma correta, entendendo os conceitos e as regras desse instrumento. A partir desse conhecimento os órgãos conseguirão selecionar beneficiários e/ou propor políticas adequadas para as famílias vulneráveis.

Neste contexto, é necessário instituir base normativa que possibilite à gestão do Cadastro Único estabelecer critérios para o uso dos dados e para os processos adotados pelos órgãos que impactem a rede operacionalizadora do Cadastro Único. De tal modo faz-se necessária a construção de canal de comunicação permanente que propicie a troca de informações aumentando a eficácia do processo e a redução de gargalos na implementação dos programas usuários.

Ainda com o intuito de fortalecer o Cadastro Único é importante ter processo permanente de avaliação dos instrumentos de coleta de informações das famílias de baixa renda de forma a perfeição e garantir a qualificação dos dados fornecidos pelo Cadastro Único aos órgãos gestores de políticas públicas.